



## Plenário avalia venda de créditos do Estado para pessoas jurídicas

Em semana de esforço concentrado, o Senado pode votar também projetos que regulamentam a audiência de custódia e garantem benefícios a agentes de saúde

Com sessões deliberativas marcadas para hoje e amanhã, a pauta de votações do Plenário tem projetos que tramitam em regime de urgência. Um deles é o que permite à administração pública vender para pessoas jurídicas privadas os direitos sobre créditos de qualquer natureza. O objetivo é aumentar a arrecadação da União, dos estados e dos municípios. O texto, que será tema de audiência pública hoje na Comissão de Direitos Humanos, foi aprovado no primeiro

semestre e precisa ser votado em turno suplementar.

Outra proposta que pode ser avaliada nesta semana é a que regulamenta a audiência de custódia. O texto determina que todo preso em flagrante deverá ser levado a um juiz no prazo máximo de 24 horas.

Os senadores podem votar ainda o projeto que garante a agentes de saúde e de combate a endemias benefícios sociais e trabalhistas como adicional de insalubridade e ajuda de custo para cursos. 3

### ARQUIVO S

## Com golpe dado por Getúlio, Brasil ficou 9 anos sem Senado

Para impor a ditadura do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas mandou a polícia fechar o Senado e a Câmara. O golpe teve apoio até de senadores. Getúlio foi

deposto em 1945, mas as duas Casas só voltariam a abrir no ano seguinte, após o fim dos trabalhos da Constituinte e a promulgação da Carta democrática de 1946. 4



Reprodução/FCV

Getúlio (E) no Senado em 1946: algos do Legislativo foi eleito senador

Renan Aires Lopes



Ana Amélia conduz audiência: controle mais rigoroso sobre maçã importada

## Produtores de maçã pedem apoio do Senado

Para ouvir diretamente as reivindicações dos produtores catarinenses, que lideram o cultivo da maçã no Brasil, e sugestões da entidade nacional do setor, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou na sexta-feira audiência em São Joaquim (SC).

Um dos principais pleitos a presidente da comissão, Ana

Amélia, foi para que o Brasil adote rigoroso controle de doenças e pragas sobre as importações de maçã, especialmente da China, líder mundial, pelos riscos à saúde dos brasileiros, já que os chineses usam nas pulverizações químicos proibidos no país. Também pediram mais recursos e apoio para combater o cancro europeu. 3



## Revista busca qualificação A para periódicos científicos

A Revista de Informação Legislativa pode receber a qualificação A como periódico científico destinado a divulgar pesquisa em direito, ciência política e relações internacionais. Atualmente a publicação do Senado ocupa o nível B2.

A próxima avaliação deve ocorrer no primeiro semestre de 2017. Enquan-



Reprodução

Trimestral, publicação também pode ser consultada no site do Senado

to isso, a revista está fazendo todas as adaptações exigidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para subir no conceito concedido a periódicos científicos.

Com circulação trimestral desde 1964, a revista é uma das publicações legislativas mais antigas do país. 2

**Advocacia defende separação de penas no impeachment 3**

**Prorrogadas MPs sobre Fies e crédito suplementar 3**

**Adiada votação de aumento para ministro do STF 3**

**JOVEM SENADOR**

ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania. Conheça o projeto em [www.senado.gov.br/jovemsenador](http://www.senado.gov.br/jovemsenador)

Parceria:

Realização:

Com 52 anos de circulação, a *Revista de Informação Legislativa* pode receber qualificação superior como periódico destinado a divulgar a produção de estudiosos em direito, ciência política e relações internacionais

# Revista técnica do Senado busca conceito A na Capes



A REVISTA DE Informação Legislativa (RIL), publicação do Senado voltada à divulgação de artigos inéditos, predominantemente nas áreas de direito, ciência política e relações internacionais, está se preparando para receber da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a classificação A como periódico científico.

Segundo um dos revisores da revista, Thiago Adjuto, todas as adaptações necessárias foram realizadas para que a RIL conquiste a nova qualificação na próxima avaliação, que deve ocorrer no primeiro semestre de 2017. Atualmente a publicação ocupa o nível B2.

— Conseguimos concluir todos os requisitos para que ela entre nesse universo. Entre eles, está a exogenia, para que os autores e pareceristas estejam distribuídos de maneira que nenhuma unidade da Federação represente mais de 25% em cada edição da revista, além da exigência de um conselho editorial e o resumo em português e inglês.

Os periódicos científicos são classificados como A1



Arquivo Pessoal

De acordo com Adjuto, da equipe de revisão, qualificação deve vir em 2017

(para aqueles que cumprem todos os requisitos), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (peso zero). A análise é feita pelo Qualis, sistema de avaliação da Capes que disponibiliza uma lista de publicações utilizadas pelos programas de pós-graduação para divulgar conteúdo.

## Pluralidade

Com circulação trimestral ininterrupta desde 1964, a RIL é uma das publicações legislativas mais antigas do país. A Coordenação de Edições Técnicas do Senado é responsável pela edição da revista, que tem uma tiragem de 1.000 exemplares e está na edição 210.

Segundo Raphael Rocha Melleiro, chefe do Serviço de Publicações Técnico-Legislativas, a revista adquiriu um caráter mais acadêmico ao longo dos últimos anos, mas continua se destacando pela pluralidade e abrangência. — Pela quantidade de artigos publicados anualmente e pela abertura que damos, cumprimos um papel social muito importante. É uma abertura sem caráter ideológico, cumprindo a função do Senado de discutir todos os temas interessantes para a sociedade.

De acordo com Melleiro, cada artigo é submetido à análise de dois pareceristas, escolhidos conforme o tema indicado pelo autor. A avaliação, afirma, é feita às cegas. Ou seja, o especialista não tem acesso à identificação da autoria. O texto somente será aprovado para publicação caso obtenha dois pareceres favoráveis.

— [Os pareceristas] são majoritariamente doutores e professores espalhados em universidades do Brasil e do exterior. Após a avaliação, cada parecerista emite um parecer contrário ou favorável à publicação do artigo, levando em consideração critérios como abrangência, relevância do tema, ineditismo, inovação e abordagem. Se os dois pareceres iniciais forem divergentes, o artigo será avaliado por um terceiro especialista.

Após a revisão, checagem e adequação aos padrões da revista, o artigo entra numa fila de publicação. Em média, 16 artigos são publicados em cada número da revista por professores, juristas e outros especialistas. Para participar, os autores devem ter graduação, mestrado ou doutorado. Graduandos também podem enviar artigos, desde que em coautoria com doutores.

São aceitos trabalhos em português, espanhol, francês e inglês. A submissão de artigos nessas três línguas estrangeiras é vinculada à disponibilidade de pareceristas cadastrados na área e capacitados nesses idiomas, ressalta Melleiro.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### SEGUNDA

#### CDH Títulos de crédito

9h Audiência pública sobre a permissão para estados emitirem títulos de crédito.

#### COMUNICAÇÃO Relatorias

9h O Conselho de Comunicação Social designa relatorias de matérias em tramitação e aprecia relatórios. Às 14h, analisa normas de julgamento das licitações de concessões de serviços de radiodifusão

#### PLENÁRIO Debêntures

14h Sessão deliberativa ordinária. Entre os itens em pauta, projeto que autoriza estados a emitirem debêntures.

#### CCT Fontes alternativas de energia

8h45 Reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 696/2015, que obriga a aplicação de recursos pela indústria de petróleo em pesquisa e desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

#### PRESIDÊNCIA Posse no STF

15h Renan Calheiros comparece à posse da nova presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia. Às 16h, preside a ordem do dia.

#### CAS Cirurgia plástica reparadora

9h A Comissão de Assuntos Sociais pode votar o PLC 5/2016, que obriga a realização de cirurgia plástica reparadora nas mamas, em caso de câncer.

#### CJ CNJ

9h Sabatina de Henrique Ávila e de Octavio Orzari, indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em seguida, reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 401/2012, que estabelece novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada.

#### CDR Mobilidade urbana

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional pode votar o PLC 22/2016, que estende o prazo para apresentação dos planos de mobilidade urbana, e o PLS 222/2016, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.

#### CMA Carro elétrico

9h30 Reunião deliberativa. Entre os 11 itens em pauta, o PLS 415/2012, que isenta do IPI automóveis movidos a energia elétrica, e o PLS 587/2015, que dispõe sobre campanhas de estímulo do uso racional da água.

#### CMO Ministro do Planejamento

9h30 A Comissão Mista de Orçamento analisa 7 projetos de créditos suplementares. Às 14h, audiência pública com o ministro do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, a respeito da Lei Orçamentária de 2017.

#### CAE Lavagem de dinheiro

10h Reunião deliberativa com 20 itens. Entre eles, a Comissão de Assuntos Econômicos pode votar o PLS 62/2007, que estabelece instrumentos para evitar que as loterias da Caixa possam ser utilizadas para lavagem de dinheiro.

#### AERONÁUTICA Aviação na Amazônia

11h A Comissão Especial do Código Brasileiro de Aeronáutica realiza audiência pública para tratar da situação dos aeródromos, dos aeroportos e da aviação na Amazônia.

#### SENADO DO FUTURO Alimentação

11h A Comissão Senado do Futuro analisa proposta do plano de trabalho para avaliação da política pública que assegure alimentação sustentável para todos.

#### CE Frequência na educação básica

11h45 Reunião deliberativa com 21 itens. Na pauta da Comissão de Educação, o PLS 293/2014, que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica.

#### AGENDA BRASIL Jogos de azar

14h30 A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (Agenda Brasil) discute o PLS 186/2014, que dispõe sobre a exploração de jogos de azar, e o PLS 52/2013, que trata da Lei Geral das Agências Reguladoras.

#### MP 735/2016 Eletrobras

14h30 Análise de relatório da MP 735/2016, que prevê repasse de até R\$ 3,5 bi à Eletrobras até 2017.

#### CRE Embaixadores

14h30 A Comissão de Relações Exteriores sabatina dois indicados para ocupar cargos diplomáticos: Bruno Cobuccio, para a Embaixada da Costa do Marfim (Côte d'Ivoire), e Marcel Biato para o cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) e Organismos Internacionais Conexos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves

**Segundo-secretário:** Zeze Perrella

**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli

**Quarta-secretária:** Ângela Portela

**Suplentes de secretário:**

Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez

**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia

**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

**Coordenação de Edição:** Silvio Burle

**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Pauta da semana tem venda de crédito do Estado e audiências de custódia

Com sessões deliberativas hoje e amanhã, senadores podem votar também texto que garante aos agentes de saúde benefícios como adicional de insalubridade

O PLENÁRIO DO Senado tem sessões deliberativas hoje e amanhã para votar uma pauta que inclui propostas que tramitam em regime de urgência. Entre elas, estão o projeto que autoriza a cessão de créditos do Estado para pessoas jurídicas (PLS 204/2016 — Complementar), o que regulamenta a audiência de custódia (PLS 554/2011) e o que trata de benefícios para os agentes de saúde (PLC 210/2015).

O PLS 204/2016, do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), possibilita à administração pública vender para pessoas jurídicas privadas os direitos sobre créditos de qualquer natureza. A permissão vale para todos os entes da Federação e tem o objetivo de aumentar a arrecadação

da União, dos estados e dos municípios.

De acordo com o texto, a venda não pode alterar as condições de pagamento já estabelecidas para o crédito nem transferir para o setor privado a prerrogativa de cobrança judicial — que deve permanecer com o poder público. O crédito cedido não precisa estar inscrito na dívida ativa, mas deve corresponder a operações definitivas e ser efetivamente reconhecido pelo devedor.

O relator do projeto, Paulo Bauer (PSDB-SC), já apresentou em Plenário um texto substitutivo, no qual acatou integralmente emendas apresentadas por José Aníbal (PSDB-SP) e Aécio Neves (PSDB-MG) e parcialmente uma emenda apresentada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Entre as modificações aceitas pelo relator, está a exigência de autorização do ministro da Fazenda, no caso da União, e do chefe do Poder Executivo

correspondente, no caso dos demais entes federados, para que a transferência dos direitos de crédito seja efetivada.

A proposta será discutida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em audiência pública hoje, às 9h.

## Prisões

O projeto que regulamenta a prática das audiências de custódia já foi aprovado no primeiro semestre e precisa ser votado em turno suplementar. O texto tem objetivo de evitar prisões ilegais, feitas de maneira arbitrária ou desnecessária, e dar ao preso a chance de ter a prisão revista pelo juiz. Se a audiência de custódia não acontecer, o fato deverá ser comunicado ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao Conselho Nacional de Justiça, determina a proposta.

A audiência serve para que o juiz verifique se os direitos fundamentais do preso estão sendo respeitados. Essa etapa não poderá ser usada como

prova contra o depoente e deve tratar apenas da legalidade e da necessidade da prisão, da prevenção de tortura ou de maus-tratos e do esclarecimento dos direitos assegurados ao preso.

## Benefícios

O PLC 210/2015 garante uma série de benefícios sociais e trabalhistas aos agentes de saúde e de combate às endemias. Entre eles, ajuda de custo para fazer cursos na área, adicional de insalubridade e prioridade de atendimento no Programa Minha Casa, Minha Vida. Os agentes teriam o tempo de serviço na função contabilizado para todos os fins previdenciários.

Na última sessão antes do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, os senadores começaram a discutir a proposta. A base do governo manifestou preocupação sobre o impacto da medida nas despesas dos municípios, mas concordou em votar a proposta durante o esforço concentrado.

## Advocacia: Senado apenas cumpriu a Lei do Impeachment

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) na sexta-feira, a Advocacia do Senado defende a legalidade da votação em separado das penas de perda de mandato e de inabilitação para o exercício de função pública no julgamento do impeachment de Dilma Rousseff. A manifestação foi feita em nome do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que presidiu o Senado durante o julgamento.

O parecer instruirá os Mandados de Segurança 34.378, 34.379, 34.384 e 34.394, propostos pelos senadores Alvaro Dias (PV-PR) e José Medeiros (PSD-MT) e por seis partidos políticos (DEM, PMDB, PPS, PSDB, PSL e Solidariedade). Eles alegam que, com a condenação de Dilma e a perda do cargo, a inabilitação para o exercício de função pública por oito anos seria uma consequência obrigatória, de acordo com o parágrafo único do artigo 52 da Constituição.

Todos os mandados de segurança são relatados pela ministra Rosa Weber, que na quinta-feira determinou a inclusão de Dilma como parte nesses mandados de segurança. Nos despachos, Rosa dá prazo de 15 dias para a correção das petições iniciais, sob pena de extinção dos processos.

Íntegra do parecer da Advocacia: <http://bit.ly/pareceradvocacia>

## RÁPIDAS

### PRORROGADAS MP'S SOBRE FIES E CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

Duas medidas provisórias que expirariam hoje foram prorrogadas por 60 dias. Uma das MP's, editada por Michel Temer, é a 740/2016, que abre crédito extraordinário de R\$ 353 milhões para a Justiça do Trabalho. O texto aguarda parecer do relator na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A outra MP é a 741/2016, que estabelece que a remuneração administrativa dos bancos na concessão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) será paga pelas instituições privadas de ensino superior, e não mais pela União. A MP é analisada por uma comissão mista.

### SENADORES ADIAM AUMENTO DE MINISTROS DO SUPREMO

Por falta de consenso entre os líderes partidários, o Plenário não votou, na quinta-feira, requerimentos de urgência para os projetos que reajustam em 16,3% os vencimentos do procurador-geral da República e dos ministros do STF. Senadores governistas e da oposição concordaram que o momento não é o mais adequado para aprovar essas medidas, pois o aumento de ministros gera efeito cascata em toda a magistratura. Renan Calheiros defendeu o fim da vinculação automática entre os vencimentos dos ministros do STF e outros cargos da administração pública.

# Produtores pedem controle sobre maçã chinesa

Controle rigoroso de doenças e pragas sobre importações de maçã da China, líder mundial, reforço nas subvenções do seguro agrícola e apoio ao combate do cancro europeu, considerada a principal doença que afeta o cultivo da fruta, foram algumas das reivindicações ouvidas na sexta-feira, durante audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A reunião ocorreu em São Joaquim (SC) para facilitar a participação dos produtores, já que os catarinenses são os maiores produtores da fruta no país.

Eles questionaram a redução das subvenções ao seguro agrícola, feitas por meio do Banco do Brasil, cujo limite baixou no ano passado de 60% para 45% do valor do seguro. Os produtores reivindicaram linhas de financiamento para ajudar na aquisição de estruturas para cobertura dos pomares contra as intempéries.

— O governo gasta milhões subsidiando seguros. Seria melhor acharmos financiamento com condições para que os pequenos produtores possam esperar que o tempo seja benéfico — sugeriu o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), José Pedrozo.

O presidente da Associação dos Produtores de Maçã e Pera de Santa Catarina (Amap), Salvio Proença, questionou a redução do aporte financeiro ao setor. Segundo dados da



Ana Amélia (C) conduz audiência da Comissão de Agricultura em São Joaquim (SC): estado lidera a produção no país

entidade, a manutenção anual de cada hectare custa entre R\$ 45 mil e R\$ 50 mil, quantia que, segundo a Amap, os produtores não conseguem bancar por conta própria.

Coordenador de Seguro Rural do Ministério da Agricultura, Diego Almeida explicou que o percentual de subvenção foi reduzido para que a pasta pudesse continuar atendendo grande número de produtores mesmo com as restrições fiscais de 2015. Ele disse que os recursos remanescentes podem ser resultado de propostas não consolidadas. Almeida pediu que os produtores fiquem atentos ao andamento das solicitações e cobrem das operadoras de seguro.

O presidente da Associação Brasileira de Produtores de

Maçã (ABPM), Pierre Nicolas Pérès, disse que os exportadores brasileiros precisam se adequar às leis dos países compradores, mas que no Brasil não há exigência semelhante. Isso provoca risco à saúde da população por exposição a produtos químicos estranhos, alguns proibidos no país, e desequilibra a concorrência.

Proença, da Amap, solicitou maior vigilância, pois a importação de maçã da China vai trazer “uma série de pragas e doenças que não temos aqui, e prejudicar a nossa condição fitossanitária, que é muito boa”.

Conforme estudo da Oxya, empresa de serviços em biociências, há mais de 80 espécies de fungos e bactérias estranhos à produção brasileira que podem ser transmitidos

tanto por maçãs estrangeiras, quanto por peras. A diretora da empresa, Regina Sugayama, defendeu restrições também à importação de peras

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a audiência, chamou a atenção para prática comum no comércio chamada de *circumvention* — quando um país burla restrições à importação de um comprador enviando a mercadoria por um terceiro mercado, mascarando a procedência.

Os produtores afirmaram que há poucos técnicos habilitados para combater o cancro europeu, cujos gastos correspondem a 15% dos custos de produção. A doença entrou pelo Rio Grande do Sul em 2002 por meio de mudas contaminadas.

# Getúlio deixou Brasil sem Senado por 9 anos

Ditadura do Estado Novo fechou Congresso em 1937. Democracia voltou em 1945, mas Senado e Câmara só tornaram a funcionar separadamente após Constituinte concluir Carta Magna de 1946

Ricardo Westin

HÁ 70 ANOS, chegava ao fim o período de quase uma década em que o Senado esteve banido do cenário político brasileiro. Os senadores finalmente puderam voltar aos gabinetes, às comissões e às bancadas do Palácio Monroe, no centro do Rio, na tarde de 23 de setembro de 1946.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que as palavras que quebraram o silêncio do Monroe foram pronunciadas por Nereu Ramos, o presidente da Casa:

— Senhores senadores, ao instalar a sessão do Senado da República, quero congratular-me com todos os seus membros pelo advento da nova fase de nossa vida democrática. A Constituição que acabamos de entregar ao país restituiu ao Senado sua antiga dignidade.

O golpe de morte contra o Senado foi dado pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, com a imposição da ditadura do Estado Novo. A Câmara também foi varrida.

Getúlio caiu em outubro de 1945, mas as duas Casas não voltaram de imediato. Os senadores e os deputados eleitos na fase democrática trabalharam de fevereiro a setembro de 1946 na elaboração da nova Constituição. Cumprida a missão, a Assembleia Constituinte se dissolveu, permitindo o ressurgimento, após nove anos fechados, do Senado e da Câmara.

Numa das primeiras sessões do Palácio Monroe, o senador Plínio Pompeu (UDN-CE) chamou os oito anos do Es-

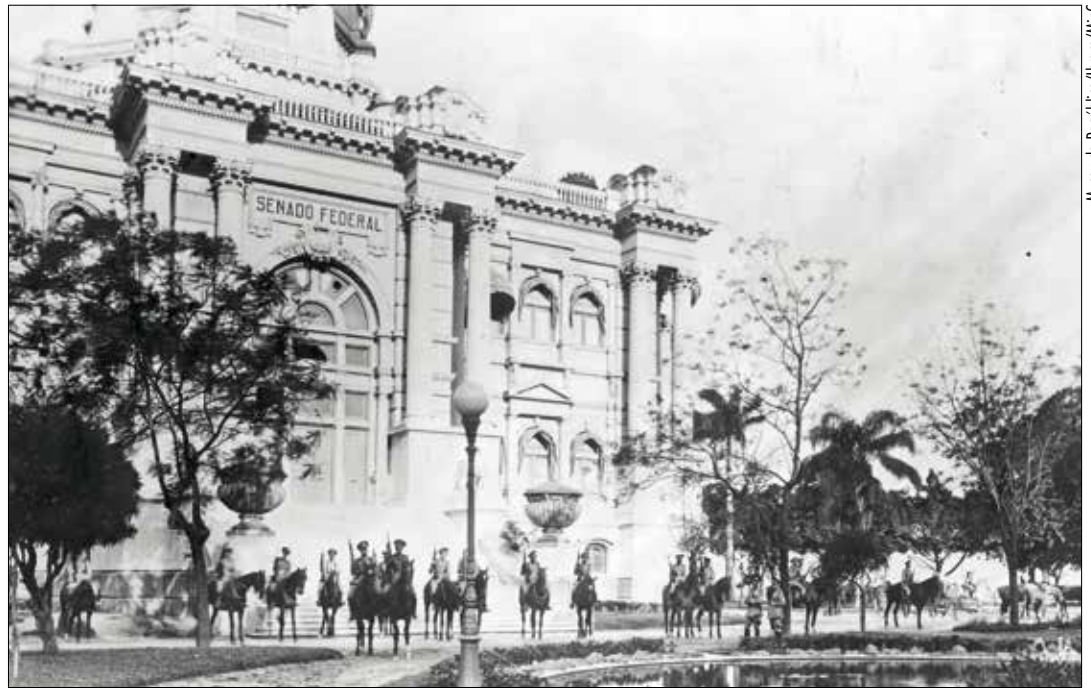
tado Novo de “vergonhoso e longo período ditatorial”. O senador Hamilton Nogueira (UDN-DF) afirmou que a democracia triunfara graças ao povo, que se aliara aos militares em 1945 para “reprimir e renegar para sempre o ignominioso Estado Novo”.

O fechamento do Senado e da Câmara teve ares de guerra. Na manhã de 10 de novembro de 1937, dezenas de policiais a cavalo e armados cercaram o Monroe e o Palácio Tiradentes, a sede dos deputados. O Brasil engolia uma nova Constituição, de perfil autoritário, redigida às escondidas no Palácio do Catete nos meses anteriores.

## Limusines

Eliminado o Congresso Nacional, o chefe do Poder Executivo usurpou as funções do Poder Legislativo e se arrogou a prerrogativa de assinar decretos-leis. As assembleias legislativas e as câmaras municipais também foram extintas. Getúlio ganhou poder para nomear governadores e prefeitos. O povo perdeu o direito de votar e a Justiça Eleitoral deixou de existir. Os partidos logo desapareceriam e os adversários seriam presos e torturados. O presidente, em suma, se converteu em ditador.

A dissolução do Congresso não enfrentou resistência nem sequer de senadores e deputados. Eles, pelo contrário, aplaudiram. Getúlio tinha o costume de receber grupos de parlamentares toda sexta-feira à tarde. Mesmo como ditador, ele abriu seu gabinete uma vez, na sexta após o golpe, para se despedir



Tropas enviadas por Getúlio Vargas cercam o Palácio Monroe, sede do Senado, na manhã do golpe de Estado, em 1937

dos ex-senadores e dos ex-deputados.

— Creio na Constituição outorgada porque estou convencido de que agora o Brasil despertou ante o mundo das realidades — afirmou o ex-senador Pacheco de Oliveira (PSD-BA) a *O Jornal*.

A imprensa noticiou que eram “bem poucos os projetos de alta relevância a depender do voto dos senadores” e deu destaque à economia de dinheiro “verificada em favor dos cofres públicos” com o fim do Senado, da Câmara e da Justiça Eleitoral.

Outra “boa notícia” foi a remoção das grades de ferro do Senado. Segundo os jornais, o jardim do Monroe deixou de “guardar lugar para o estacionamento das limusines dos senhores senadores” e se transformou num agradável “ponto de recreio” do carioca.

## Ameaça comunista

Aquele não foi o primeiro golpe de Getúlio. Ele chegou ao poder em 1930, após derrubar Washington Luís e enterrar a República do Café com Leite. Também nessa ocasião o Senado e a Câmara foram fechados. Com poderes de ditador, Getúlio pôde dar início a seu ambicioso projeto de modernização do Brasil. Seu objetivo foi tirar o poder das oligarquias agrárias estaduais, que, para ele, travancavam o progresso do Brasil, e transferi-lo todo para o governo federal, que impulsionaria a urbanização e a industrialização.

Pressionado pela Revolução Constitucionalista de 1932, Getúlio reabriu o Congresso e patrocinou a elaboração da Constituição liberal de 1934. O poder presidencial passou a se submeter a uma série de limites, prejudicando os planos do mandatário. O golpe

ganhou urgência quando, diante dos candidatos da eleição presidencial de 1938 já na rua pedindo votos, Getúlio viu que precisaria agir rápido para não deixar o Catete.

O pretexto foi a descoberta do Plano Cohen, uma conspiração dos comunistas para tomar o poder. Como o país já vinha do susto da fracassada Intentona Comunista, de 1935, Getúlio não teve dificuldade para convencer os brasileiros de que ele só conseguiria salvar a nação da nova ameaça vermelha se ganhasse poderes ilimitados. Mais tarde, descobriu-se que o Plano Cohen fora inventado.

— A imprensa sofreu censura no Estado Novo, mas apenas a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda [DIP], em 1939. O apoio que os jornais deram ao golpe em 1937 foi espontâneo. Assim como boa parte da sociedade, eles acreditaram que era urgente centralizar o poder — explica o historiador Paulo Sérgio da Silva, autor do livro *A Constituição Brasileira de 10 de Novembro de 1937* (Editora Unesp).

Sem o Congresso, Getúlio instituiu o salário mínimo, pôs em vigor o Código Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho, criou a Aeronáutica e a Justiça do Trabalho e fundou a Vale e a Companhia Siderúrgica Nacional.

— Ao contrário de Salazar, que conduziu um regime conservador e imobilista em Portugal, Getúlio liderou uma ditadura realizadora e desenvolvimentista — compara o historiador Boris Fausto, autor de *História do Brasil* (Editora Unesp). — Mas temos que nos perguntar: será que não conseguiríamos fazer todos aqueles avanços estando numa democracia, com plena liberdade, sem violência e

com respeito à imprensa, aos intelectuais e ao Congresso?

Por ironia, o Senado recém-aberto abrigou aquele que fora seu carrasco. Semanas após ser deposto, na eleição de dezembro de 1945, Getúlio obteve uma vitória consagrada: sete estados o elegeram deputado e dois o elegeram senador. A lei permitia aos políticos concorrer por estados e partidos diferentes. As vitórias se dividiram entre o PSD e o PTB, partidos que ele criara no ocaso do Estado Novo. Foi empossado senador pelo PSD gaúcho.

## Nos braços do povo

O Arquivo do Senado guarda o primeiro discurso de Getúlio no Monroe, em dezembro de 1946. Nele, o ex-ditador fez uma defesa enfática do Estado Novo. Ignorando os apartes provocadores da oposição, enumerou os objetivos do extinto regime:

— Primeiro: defender o Brasil. Segundo: levar a termo um programa administrativo de grande envergadura. Terceiro: ampliar o desenvolvimento e a aplicação da justiça social em benefício do trabalhador.

O público das galerias foi ao delírio. Os senadores do PSD e do PTB ergueram Getúlio nos ombros e o carregaram para a Cinelândia, como o vencedor de uma batalha. Acionando a campanha, o presidente do Senado gritou que aquela balbúrdia era um desrespeito à Casa. Os senadores da antivarguista UDN ficaram sem reação.

Foi uma cena premonitória. Em 1950, ele seria conduzido de novo à Presidência — dessa vez, nos braços do povo.

📺 Vídeo sobre a volta do Senado:  
<http://bit.ly/videoEstadoNovo>

📁 Todas as reportagens do Arquivo S:  
<http://bit.ly/arquivoS>

**DISSOLVIDOS O SENADO E A CAMARA  
PROMULGADA  
NOVA CONSTITUIÇÃO  
O PRESIDENTE GETULIO VARGAS  
FALARÁ HOJE, ÀS 20 HORAS,  
PELO RADIO, PARA TODO O PAIZ**

**Instalou-se o Senado Federal**

**Falando, o sr. Nereu Ramos congratulou-se pelo advento de nova fase em nossa vida constitucional**

O jornal *A Noite* anuncia o golpe do Estado Novo e o fim do Congresso, em 1937, e o *Correio da Manhã* noticia a reabertura do Senado, em 1946

O Arquivo S é publicado excepcionalmente hoje. A seção, parceria entre o *Jornal do Senado* e o *Arquivo do Senado*, é editada na primeira segunda-feira do mês.